

pleto e, ao mesmo tempo, mais fiel ao que se encontra nas notas de Austin. Incluíram no apêndice uma transcrição literal de um certo número de acréscimos feitos por Austin à margem ou nas entrelinhas de suas notas, cujo sentido não foi considerado suficientemente claro para que sua incorporação ao texto pudesse auxiliar a leitura ou interessar o leitor.

Marina Sbisà
J. O. Urnson

I Conferência

Performativos e constataativos

O que tenho a dizer não é difícil, nem polêmico. O único mérito que gostaria de reivindicar para esta exposição é o fato de ser verdadeira pelo menos em parte. O fenômeno a ser discutido é bastante difundido e óbvio, e não pode ter passado despercebido pelo menos em algumas instâncias. Entretanto, ainda não encontrei quem a ele tivesse se dedicado especificamente.

Por mais tempo que o necessário, os filósofos acreditaram que o papel de uma declaração* era tão-somente o de "descrever" um estado de coisas, ou declarar um fato, o que deveria fazer de modo verdadeiro ou falso. Os gramáticos, na realidade, indicaram com frequência que nem todas as sentenças são (usadas para fazer) declarações¹. Há tradicionalmente, além das declarações (dos gramáticos), perguntas e exclamações, e sentenças que expressam ordens, desejos ou concessões. Os filósofos sem dúvida não preten-

*Traduzimos *statement* por "declaração", *sentence* por "sentença", e *utterance* por "proferimento". A sentença é entendida aqui como uma unidade lingüística, possuindo uma estrutura gramatical e dotada de significado, tomada em abstrato. A declaração seria então o uso da sentença para afirmar ou negar algo, podendo ser falsa ou verdadeira. O proferimento é a emissão concreta e particular de uma sentença, em um momento determinado, por um falante determinado. Assim, a sentença da língua portuguesa, "A rosa é vermelha" pode ser usada para afirmar uma característica (ser vermelha) de um objeto (a rosa), o que pode ser verdadeiro ou falso, quando proferida por alguém em um contexto determinado. Estas distinções são objeto de inúmeras controvérsias em Filosofia da Linguagem, havendo extensa literatura a respeito. As definições que adotamos correspondem ao emprego feito por Austin. (*N. do T.*)

¹ Não é correto realmente dizer que uma sentença seja uma declaração; na realidade ela é usada para fazer uma declaração, e a declaração em si é uma "construção lógica" tirada da leitura das declarações.

deram negar tais coisas, apesar de seu uso um tanto vago de "sentença" como equivalente à "declaração". Tampouco se duvida que tanto os filósofos quanto os gramáticos sempre perceberam não ser fácil distinguir até uma pergunta, ou ordem, etc. de uma declaração, utilizando-se os poucos e incipientes critérios gramaticais disponíveis como a ordem das palavras, modos verbais, etc.; mas, talvez, não tenha sido dada, com freqüência, a atenção devida às dificuldades que esse fato obviamente apresenta. Permanece a dúvida sobre como decidir qual é a pergunta, qual é a ordem, qual é a declaração. Quais são os limites e as definições de cada uma?

Recentemente, porém, muitas das sentenças que antigamente teriam sido aceitas indiscutivelmente como "declarações", tanto por filósofos quanto por gramáticos, foram examinadas com um novo rigor. Este exame surgiu, ao menos em filosofia, de forma um tanto indireta. De início apareceu, nem sempre formulada sem deplorável dogmatismo, a concepção segundo a qual toda declaração (factual) deveria ser "verificável", o que levou à concepção de que muitas "declarações" são apenas o que se poderia chamar de pseudo-declarações. Em um primeiro momento e de forma mais óbvia, mostrou-se que muitas "declarações", como Kant* primeiro sustentou de maneira sistemática, eram estritamente sem sentido, apesar de sua forma claramente gramatical; e a contínua descoberta de novos tipos de sentenças sem sentido resultou, a grosso modo, em um bem, por mais assistemática que fosse sua classificação e misteriosa sua explicação. Contudo, até mesmo nós, os filósofos, estabelecemos certos limites para a quantidade de sentenças sem sentido que estamos dispostos a admitir. Com isto, passou-se a perguntar, em um segundo estágio, se muitas das aparentes pseudodeclarações seriam realmente "declarações". Passou-se geralmente a considerar que muitos proferimentos que parecem declarações não têm, ou têm apenas em parte, o propósito de registrar ou transmitir informação direta acerca dos fatos. Por exemplo, as "proposições éticas" talvez tenham propósito, no todo ou em parte, de manifestar emoção ou prescrever comportamento, ou influenciá-lo de modo especial. Aqui também Kant deve ser considerado como um dos pioneiros. Nós, muitas vezes, também usamos proferimentos cujas formas ultrapassam pelo menos os limites da gramática tradicional. Já se reconhece que muitas palavras que causam notória perplexidade quando inseridas em declarações aparentemente descritivas não se destinam a indicar algum aspecto adicional particularmente extraordinário da realidade relatada, mas são usadas para in-

dicar (e não para relatar) as circunstâncias em que a declaração foi feita, as restrições às quais está sujeita ou a maneira como deve ser recebida, ou coisas desse teor. Deixar de levar em conta tais possibilidades, como era comum antigamente, denomina-se falácia "descritiva", embora talvez este não seja o nome adequado, já que o termo "descritiva" é por si mesmo específico. Nem todas as declarações verdadeiras ou falsas são descrições, razão pela qual prefiro usar a palavra "constatativa". Seguindo esta linha de pensamento, tem-se demonstrado atualmente de maneira minuciosa, ou pelo menos tem-se procurado parecer provável, que muitas perplexidades filosóficas tradicionais surgiram de um erro – o erro de aceitar como declarações factuais diretas proferimentos que ou são sem sentido (de maneiras interessantes embora não gramaticais) ou então foram feitos com propósito bem diferentes.

O que quer que pensemos sobre todas essas concepções e sugestões, ou por mais que julguemos deplorável a confusão inicial em que mergulharam a doutrina e o método filosófico, não cabe dúvida de que estão produzindo uma revolução em filosofia. Se alguém quiser considerá-la a maior e mais saudável das revoluções da história da filosofia, não será, se pensarmos bem nisso, um exagero. Não é de surpreender que o início tenha sido fragmentário, com *parti pris* e com motivos extrínsecos, já que isso é comum às revoluções.

DELIMITAÇÃO PRELIMINAR DO PERFORMATIVO²

O tipo de proferimento que vamos aqui considerar não consiste obviamente em um caso de falta de sentido, embora o seu uso inadequado possa gerar, como veremos, variedades muito especiais de "falta de sentido" (*non-sense*). Trata-se sobretudo de um tipo de nosso segundo grupo – as expressões que se disfarçam. Esse tipo, porém, não se disfarça sempre necessariamente como declaração factual, descritiva ou constatativa. Mas o que pode parecer estranho é que isto ocorre exatamente quando assume a sua forma mais explícita. Creio que os gramáticos ainda não perceberam tal "disfarce" e os filósofos só muito incidentalmente³. Será conveniente, portanto, estudar esse tipo de declaração, inicialmente sob esta forma enganosa, para explicitar suas características, contrastando-as com as declarações factuais que elas imitam.

² Tudo quanto for dito nestas seções é provisório e sujeito à reformulação à luz das seções posteriores.

³ Em de esperar-se que os juristas, mais que ninguém, se apercebessem do verdadeiro estado de coisas. Talvez alguns agora já se apercebam. Contudo, tendem a sucumbir à sua própria ficção temerosa de que uma declaração "de direito" é uma declaração de fato.

* Trata-se de uma referência à distinção feita por Kant, na *Crítica da razão pura*, entre os juízos da ciência, que representam conhecimento, e os juízos da metafísica especulativa, que seriam meras pretensões a conhecimento sem de fato virem a se constituir legitimamente em ciência. (*N. do T.*)

Como primeiros exemplos vamos tomar alguns proferimentos que não podem ser enquadrados em nenhuma das categorias gramaticais reconhecidas, exceto a de "declaração"; tampouco constituem casos de falta de sentido, nem encerram aqueles indícios verbais de perigo que os filósofos já detectaram ou pensam haver detectado (palavras curiosas como "bom" e "todo", auxiliares suspeitos como "deve" (*ought*) ou "pode" (*can*), e construções dúbias como as hipotéticas). Todos terão, como é natural, verbos usuais na primeira pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa⁴. Podem-se encontrar proferimentos que satisfaçam estas condições e

- A. que nada "descrevam" nem "relatem", nem constatem, e nem sejam "verdadeiros ou falsos";
- B. cujo proferimento da sentença é, no todo ou em parte, a realização de uma ação, que não seria normalmente descrita consistindo em dizer algo.

Isto está longe de ser tão paradoxal quanto possa parecer ou quanto eu possa ter feito parecer. Na realidade, os exemplos que daremos a seguir serão decepcionantes.

Exemplos:

- (a) "Aceito (*scilicet*), esta mulher como minha legítima esposa" – do modo que é proferido no decurso de uma cerimônia de casamento⁵.
- (b) "Batizo este navio com o nome de *Rainha Elizabeth*" – quando proferido ao quebrar-se a garrafa contra o casco do navio.
- (c) "Legó a meu irmão este relógio" – tal como ocorre em um testamento.
- (d) "Aposto cem cruzados como vai chover amanhã."

Estes exemplos deixam claro que proferir uma dessas sentenças (nas circunstâncias apropriadas, evidentemente) não é *descrever* o ato que estaria praticando ao dizer o que disse⁶, nem declarar que o estou praticando: é fazê-lo. Nenhum dos proferimentos citados é verdadeiro ou falso; considero

⁴ Isto é deliberado, todos são performativos "explícitos", e do tipo "prepotente", que mais adiante chamaremos "exercitivo", (*cf.* XII Conferência, N. do T.)

⁵ Austin percebeu que a expressão "Aceito" (*Ido*) não é usada na cerimônia de casamento tarde de mais para corrigir este erro. Deixamos o erro permanecer no texto por considerá-lo filosoficamente irrelevante. (Nota de J. O. Urmson, editor).

⁶ Muito menos qualquer coisa que eu já tenha feito ou venha a fazer.

isto tão óbvio que sequer pretendo justificar. De fato, não é necessário justificar, assim como não é necessário justificar que "Poxa!" não é nem verdadeiro nem falso. Pode ser que estes proferimentos "sirvam para informar", mas isso é muito diferente. Batizar um navio é dizer (nas circunstâncias apropriadas) as palavras "Batizo, etc.". Quando digo, diante do juiz ou no altar, etc., "Aceito", não estou relatando um casamento, estou me casando.

Que nome daríamos a uma sentença ou a um proferimento deste tipo? Proponho denominá-la *sentença performativa* ou *proferimento performativo*, ou, de forma abreviada, "um performativo". O termo "performativo" será usado em uma variedade de formas e construções cognatas, assim como se dá com o termo "imperativo".⁸ Evidentemente que este nome é derivado do verbo inglês *to perform*, verbo correlato do substantivo "ação", e indica que ao se emitir o proferimento está – se realizando uma ação, não sendo, conseqüentemente, considerado um mero equivalente a dizer algo.

Muitos outros termos podem ser sugeridos, cada um cobrindo uma ou outra classe mais ou menos ampla de performativos. Por exemplo, muitos performativos são "contratuais" ("Aposto"), ou "declaratórios" ("Declaro guerra"). Mas nenhum termo de uso corrente que eu conheça é suficiente para cobrir todos os casos. O termo técnico que mais se aproxima do que necessitamos seria talvez "operativo", na acepção em que é usado pelos advogados ingleses ao se referirem àquelas cláusulas de um instrumento legal que servem para efetuar a transação (isto é, a transmissão de propriedade, ou o que quer que seja) que constitui sua principal finalidade, ao passo que o resto do documento simplesmente "relata" as circunstâncias em que se deve efetuar a transação.⁹ Mas "operativo" tem outros significados, e hoje é até mesmo usado para significar quase a mesma coisa que "eficaz". Preferi assim um neologismo ao qual não atribuiremos tão prontamente algum significado preconcebido, embora sua etimologia não seja irrelevante⁸.

⁷ As "sentenças" formam uma classe de "proferimentos", classe esta que deve ser definida, em minha opinião, gramaticalmente, embora duvide que há haja uma definição satisfatória. Os proferimentos performativos se contrastam primordialmente com os proferimentos constatativos. Emitir um proferimento constatativo (isto é, proferi-lo com uma referência histórica) é fazer uma declaração. Emitir um proferimento performativo é, por exemplo, fazer uma aposta. Vide mais adiante em "Ilacções".

⁸ Anteriormente usei "performatório". Mas deve-se proferir "performativo" por ser mais curto, menos feio, mais fácil de usar e mais tradicional em sua formação.

⁹ Devo esta observação ao Professor H. L. A. Hart.

"Consideramos o termo "performativo" preferível ao seu equivalente mais próximo em português que seria "realizativo", correspondente à idéia de ação. Como o termo já se acha consagrado na literatura especializada e como se trata de termo técnico e neologismo cunhado por Austin, optamos por manter o original, adaptando-o para o português. (N. do T.)

PODE O DIZER REALIZAR O ATO?

Cabe perguntar, então, se podemos fazer afirmações como:

“Casar-se é dizer umas tantas palavras”, ou
“Apostar é simplesmente dizer algo”?

Tal doutrina poderia, a princípio, parecer estranha e até mesmo imperlinente, mas com as precauções necessárias pode deixar de causar estranheza.

Uma primeira objeção ponderável ou importante seria a seguinte: é possível realizar-se um ato do tipo a que acima nos referimos *sem* proferir uma única palavra, seja escrita, seja oral, mediante outros meios? Por exemplo, em algumas culturas, um casamento pode ser efetuado por coabitação, ou posso apostar valendo-me de uma máquina automática colocando uma moeda em sua ranhura. Assim, deveríamos transformar as proposições acima e afirmar que “dizer determinadas palavras é casar-se”, ou “casar-se, em alguns casos, é simplesmente dizer algumas palavras”, ou “apenas dizer determinada coisa é apostar”.

Mas a verdadeira razão por que tais observações parecem perigosas se encontra provavelmente em um outro fato óbvio, ao qual teremos que nos referir mais tarde com maiores detalhes. Trata-se do seguinte: geralmente o proferimento de certas palavras é uma das ocorrências, senão a principal ocorrência, na realização de um ato (seja de apostar ou qualquer outro), cuja realização é também o alvo do proferimento, mas este está longe de ser, ainda que excepcionalmente o seja, a *única* coisa necessária para a realização do ato. Genericamente falando, é sempre necessário que as *circunstâncias* em que as palavras forem proferidas sejam, de algum modo, *apropriadas*: freqüentemente é necessário que o próprio falante, ou outras pessoas, também realize determinadas ações de certo tipo, quer sejam ações “físicas” ou “mentais”, ou mesmo o proferimento de algumas palavras adicionais. Assim, para eu batizar um navio é essencial que eu seja a pessoa escolhida para fazê-lo; no casamento (cristão) é essencial para me casar que eu não seja casado com alguém que ainda vive, que é *são* e de quem não me divorciei, e assim por diante; para que uma aposta se concretize, é geralmente necessário que a oferta tenha sido aceita pelo interlocutor (que deve fazer algo, como dizer “Feito”) e uma doação não se realiza caso diga “Dou-lhe isto”, mas não faça a entrega do objeto.

Até aqui, tudo bem. Uma ação pode ser realizada sem a utilização do proferimento performativo, mas as circunstâncias, incluindo outras ações, sempre têm que ser apropriadas. Mas podemos, ao fazer uma objeção, ter em mente algo totalmente diferente e desta vez bastante equivocado, especialmente quando pensamos em alguns dos performativos mais solenes, tais como “Prometo...”. Por certo que estas palavras têm de ser ditas “com seriedade” e de modo a serem levadas “a sério”. Embora um tanto vago, isto é bem verdade de modo geral, e é também um importante lugar comum em toda discussão que envolva um proferimento. Não devo estar, digamos, pilheirando ou escrevendo um poema. Mas temos a tendência a pensar que a seriedade das palavras advém de seu proferimento como (um mero) sinal externo e visível, seja por conveniência ou outro motivo, seja para fins de informação, de um ato interior e espiritual. Disto falta pouco para que acreditemos ou que admitamos sem o perceber que, para muitos propósitos, o proferimento exteriorizado é a descrição *verdadeira* ou *falsa* da ocorrência de um ato interno. A expressão clássica desta idéia encontra-se no *Hipólito* (1.612)*, onde Hipólito diz,

ἡ γλῶσσο' ὀμώμοχ', ἡ δὲ φρήν ἀνωμοτοῦς,

isto é, “minha língua jurou, mas meu coração (ou mente, ou um outro ator nos bastidores)¹³ não o faz”. Assim, “Prometo...” me constrange – registra meu vínculo a “grilhões espirituais”.

É gratificante observar, no mesmo exemplo, como o excesso de profundidade, ou melhor, de solenidade, abre o caminho da imoralidade, pois aquele que diz “prometer não é apenas uma questão de proferir palavras! É um ato interior e espiritual!”, tenderá a parecer um sólido moralista frente a uma geração de teóricos superficiais. Vemo-lo como ele se vê, examinando as profundezas invisíveis do espaço ético, com toda a distinção de um especialista do *suū generis*. No entanto, ele propicia a Hipólito uma saída, ao bígamo uma desculpa para seu “Aceito” e ao vigarista uma defesa para seu “Aposto”. A exatidão e a moralidade estão, ambas, do lado da simples afirmativa de que *nossa palavra é nosso penhor*.

Se excluirmos atos interiores fictícios como esse, podemos supor que todas as demais coisas que certamente são exigidas para completar normal-

* *Hipólito*, tragédia grega clássica de autoria de Eurípides. (N. do T.).

¹³ Não quero com isso eliminar toda a “equipe dos bastidores” – os iluminadores, o cenógrafo, até mesmo a contidante; minha objeção é apenas contra certos “atores substitutos oficiosos”.

mente um proferimento do tipo "Prometo que..." ou "Aceito (esta mulher...)" são de fato descritas pelo proferimento e, por conseguinte, com sua presença fazem-no verdadeiro ou, com sua ausência, fazem-no falso? Tomando a segunda alternativa em primeiro lugar, passamos a considerar o que realmente dizemos do proferimento em questão quando alguns de seus componentes elementares está *ausente*. Nunca dizemos que o proferimento era falso, mas sim o proferimento – ou melhor, o ato¹¹, isto é, a promessa – foi vã, ou feita de má-fé, ou não foi levada a cabo, ou coisa semelhante. No caso particular das promessas, e também de muitos outros performativos, é apropriado que a pessoa que profere a promessa tenha uma determinada intenção, a saber, a intenção de cumprir com a palavra. Talvez entre todos os componentes este pareça o mais adequado para fazer o "Prometo" descrever ou registrar. Não é verdade que quando tal intenção está ausente nós falamos de uma "falsa" promessa? E no entanto falar assim não é dizer que o proferimento "Prometo que..." seja falso, no sentido de que, embora a pessoa afirme que promete, não o faz, ou que ao descrever o que está fazendo dê uma descrição distorcida. Pois a pessoa realmente promete: a promessa aqui não é sequer vã, embora feita de má-fé. O proferimento talvez seja desorientador, provavelmente fraudulento e sem dúvida incorreto, mas não é uma mentira nem um engano. No máximo poderíamos dizer que o proferimento sugere ou insinua uma falsidade ou um engano (já que há a intenção de fazer algo); mas isso é um problema muito diferente. Além do mais, não dizemos que uma aposta é falsa ou que um batismo é falso. E o fato de dizemos que uma promessa é falsa não nos compromete mais seriamente do que falar de um passo em falso. "Falso" não é necessariamente usado apenas para declarações.

¹¹ Evitamos distinguir entre um e outro precisamente porque a distinção não se encontra aqui em questão.

II Conferência

Condições para performativos felizes

Como devem estar lembrados, vamos considerar alguns (apenas alguns, felizmente!) casos e sentidos em que *dizer* algo é *fazer* algo; ou em que *por* dizermos, ou *ao* dizermos algo estamos fazendo algo. Este tópico é um desenvolvimento, entre outros, de uma tendência recente de questionar um antigo pressuposto filosófico: a idéia de que dizer algo, pelo menos nos casos dignos de consideração, isto é, em todos os casos considerados, é sempre declarar algo. Esta é uma idéia inconsciente e, sem dúvida, errônea, mas, ao que parece, perfeitamente natural em Filosofia. Temos de aprender a correr antes de sabermos andar. Se nunca cometêssemos erros, como poderíamos corrigi-los?

Comecei por chamar a atenção, mediante exemplos, para alguns proferimentos simples do tipo conhecido como performatórios ou performativos. Estes proferimentos têm a aparência – ou pelo menos a forma gramatical – de "declarações"; observados mais de perto, porém, resultam ser proferimentos que não podem ser "verdadeiros" ou "falsos". No entanto, ser "verdadeiro" ou "falso" é tradicionalmente a marca característica de uma declaração. Um de nossos exemplos era o proferimento "Aceito" (esta mulher como minha legítima esposa...), quando proferido no decurso de uma cerimônia de casamento. Aqui devemos assinalar que ao dizer esta palavra estamos *fazendo* algo, a saber, estamos nos casando e não relatando algo, a saber, o fato de nos estarmos casando. E o ato de casar, como, digamos, o ato de apostar, por exemplo, deve ser de preferência *descrito* (ainda que de mo-